

A FRAGMENTAÇÃO DAS AULAS E O USO INADEQUADO DO LIVRO DIDÁTICO EM SALA

Adriane de Souza Peixoto (UEL)

RESUMO: Este artigo tem como finalidade ressaltar formulações teóricas relacionadas ao ensino, propostas por LIBANEO (1994) e GERALDI (2015) com o objetivo de relacioná-las com experiências vivenciadas durante o estágio obrigatório, na disciplina de Língua Portuguesa em um colégio da rede pública, para que assim seja possível problematizar a ocorrência de fragmentação de algumas aulas, devido a conteúdos soltos e a grande quantidade de estagiários e alunos-bolsistas do PIBID, e também tem como fim o relato do uso excessivo do livro didático (de forma negativa), comprometendo a centralidade e autonomia do professor em sala.

PALAVRAS-CHAVE: estágio; fragmentação; livro didático.

1. Introdução

O processo de ensino se dá por meio de atividades efetuadas entre aluno professor, processo este que gradativamente atinge o grande propósito, que seria o desenvolvimento da capacidade de reflexão dos discentes. Porém, para que se alcance isso com êxito, o professor tem a necessidade de seguir um planejamento que contenha objetivos, conteúdos, métodos e avaliações dos conhecimentos repassados. De acordo com LIBANEO (1994), p. 149:

Os métodos são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao 'como' do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdos.

Os métodos são estratégias que necessitam de objetivos e conteúdos, tendo em vista a preparação de crianças e jovens para entendimento e transformação da realidade social, garantindo o encontro formativo e desenvolvendo nos alunos suas capacidades, passando a dominar e adquirir métodos próprios de aprendizagem. GERALDI (2015) discute em seu texto sobre a nova identidade do professor, e, para isso, ele cita a metáfora o organista, que executa qualquer sinfonia, mesmo sem conseguir compô-la, o que interessa ao ouvinte é

apenas que acompanhe com maestria a partitura, onde tudo já está pronto, escrito. É com essa metáfora que podemos fazer uma comparação ao professor de hoje, que utiliza o livro didático não apenas como uma base para orientar o aluno, mas sim acaba por ser utilizado pelo livro didático, e apenas o segue, como uma receita de bolo, onde tudo se lhe dá nas mãos, o quê e o como ensinar por meio de um material que já está completo.

A partir dos conceitos citados acima, a experiência de estágio foi analisada de forma crítica a respeito do papel do professor e da relevância dada ao livro didático no cotidiano da sala de aula. Serão realizados relatos de experiências vividas no estágio obrigatório, em turmas do 7º ano do Ensino Fundamental, feitos em uma escola pública situada na região central de Londrina – PR.

2. Fundamentação teórica

João Wanderley Geraldi, em “A aula como acontecimento” (2015) discorre que antes da existência da escola que reúne professor, alunos e conhecimento, existia a chamada Escolas dos Sábios, onde se congregavam sujeitos que pensavam com outros sujeitos, não como alunos, mas como discípulos. Porém, com o tempo e com a divisão social do trabalho educativo no Mercantilismo, uma nova identidade do docente foi dada, em que o mesmo deveria ter habilidade para ensinar mesmo não sendo muito dotado, e seu papel era comunicar e impor uma erudição já preparada, exercendo sua função onde tudo lhe é dado nas mãos. Essa identidade social perdurou do século XVII até o século XX e, com o desenvolvimento das tecnologias e com uma nova divisão social do trabalho, o educador se tornou aquele que aplica um conjunto de técnicas de controle na sala e aula. Para GERALDI (2015), p. 86:

A nova identidade do professor é a identidade do capataz, do exercício de uma capatazia, do controle do processo de aprendizagem da criança. Se há um deslocamento, digamos assim, na relação triádica professor, aluno e conhecimento, esse deslocamento se dá no tipo de atuação do professor, pois a relação do aluno com o conhecimento não é mais mediada pela transmissão do professor, mas sim pelo material didático posto na mão do aprendiz, cabendo ao professor o controle do tempo, da postura e dos comportamentos dos alunos durante essa relação com o conhecimento através do material didático. Quem instrui é o material didático.

Agora o mestre apenas controla o tempo de contato com o material, conferindo as respostas no livro didático e chamando a atenção dos desvios comportamentais, em que o estudante é obrigado a aprender a trabalhar com o material que o professor entrega, cuidando de si mesmo, conseqüentemente gerando uma culpabilização do discente pela sua dificuldade de aprendizagem, reflexo das realidades sociais, desvalorização das culturas escolarmente não rentáveis, etc.

É que ensinar não é mais um modo de constituir uma civilização, mas um modo de controlar e restringir sentidos. E aprender deixou de ser uma afiliação civilizacional para se tornar um cuidado de si pelo qual é responsável o próprio aprendiz para melhor se situar na estabilidade de um modelo de sociedade que se pensa absolutamente estabilizado e imutável.
(GERALDI, 2015, p. 89)

LIBANEO (1994), em “Os métodos de ensino” (p. 155 a 159) comenta sobre os princípios básicos do ensino, que consideram a natureza da prática educativa escolar, os aspectos do processo de conhecimento, as relações entre ensino, desenvolvimento dos alunos e suas particularidades de aprendizagem de acordo com determinadas idades. Os princípios básicos do ensino necessitam de conhecimentos científicos atuais, ou seja, ter um caráter científico e sistemático; também ser compatíveis com os conhecimentos prévios dos educandos, sem que o conteúdo seja simplificado ou diminuído; um balanceamento entre conteúdo e prática, preparando-os para a cidadania; é preciso de um planejamento, organização e controle das atividades de ensino, com estratégias que façam os alunos dominarem conhecimentos e meios da sua aplicação; bem como é imprescindível garantir a solidez dos conhecimentos, habilidades e hábitos que não são adquiridos se os alunos não demonstram resultados sólidos e estáveis, exigindo que o professor faça uma retomada da matéria, exercícios de fixação e tarefas individuais, e, por fim, o último princípio básico do ensino seria a vinculação do trabalho coletivo e particularidades individuais, prestando atenção nas limitações de cada um. A partir de tais considerações de Libaneo, há que se questionar qual o potencial do livro didático para encampar todas essas etapas do trabalho docente. Ao lado disso, há que se refletir também sobre qual seria o efetivo lugar do livro didático numa atividade docente permeada por todos esses princípios apresentados pelo autor. As observações e vivências realizadas no âmbito do estágio curricular obrigatório tornam

possível o levantamento de algumas reflexões a respeito da relação entre a prática docente e a presença do livro didático na aula de língua portuguesa.

3. Relato da experiência de estágio

O estágio foi efetuado em um colégio na região central da cidade de Londrina, no Paraná, em duas turmas (7ºA e 7ºB) do Ensino Fundamental, com dez aulas de observação da estagiária, dez aulas de participação junto do professor, com realizações de provas e correções, vinte aulas de regência e planejamento realizadas pela estagiária, com a supervisão do professor regente. Durante todo esse período, foi possível observar uma certa fragmentação das aulas ministradas pelo educador regente, devido à grande quantidade de estagiários (obrigatório e PIBID) atuando no colégio.

Em algumas das aulas que foram assistidas pela estagiária, o professor as ministravam sobre um determinado conteúdo do livro didático, de compreensão e interpretação textual, e, logo após no outro dia, alunos-bolsistas do PIBID apresentavam aulas sobre pretérito mais que perfeito e variação linguística, e, no dia seguinte, entravam estagiários do estágio do curso de Letras para dar regência sobre outra temática, conseqüentemente gerando desintegração das aulas, ocasionando uma confusão para os educandos, que pareciam ficar um tanto “perdidos”, dado que as aulas acabam por perder a organicidade entre si. Segundo LIBANEO (1994), p. 157:

A direção pedagógica do professor consiste em planejar, organizar e controlar as atividades de ensino, de modo que sejam criadas as condições em que os alunos dominem conscientemente os conhecimentos e métodos da sua aplicação e desenvolvam a iniciativa, a independência de pensamento e a criatividade. [...] Uma ação decidida do professor no sentido de estimular nos alunos qualidades e atitudes necessárias ao estudo ativo e independente, como curiosidade científica, atenção, constância, disciplina, interesses, etc, bem como de criar as condições favoráveis para o processo de transmissão/assimilação de conhecimentos.

A desconsideração a esse princípio apresentado por Libaneo, parece fazer perder a solidez dos conhecimentos por parte dos alunos, que, conforme o autor, não é dada com sucesso quando os alunos não mostram resultados sólidos e estáveis por um período mais ou menos longo. Além disso, esse evento pode ser observado pela estagiária, pois um pouco das

correções que foram feitas pelo mesmo, uma certa dificuldade na aprendizagem foi constatada, por conta dos conteúdos soltos apresentados aos discentes.

Um outro problema percebido foi o uso excessivo do livro didático pelo educador regente, que, embora o material didático seja algo positivo e sirva como uma bússola ao professor, deixando por sua conta a trajetória e o destino, por aula expositiva, o docente explicava conteúdos do livro, e em seguida era solicitado para os educandos que realizassem os exercícios propostos pelo material, corrigindo logo após a conclusão, o que, conforme GERALDI (2015) pode significar uma perda do lugar da docência, já que seria mais adequado ter o livro didático como uma base do que se possa ensinar, e não segui-lo fielmente, mantendo, assim, os alunos ocupados e disciplinados, fato que LIBANEO (1994, p. 163) analisa da seguinte maneira: “ o que tem acontecido, porém, é que esse trabalho individual e silencioso tem sido usado mais para manter os alunos ‘ocupados’ do que para garantir melhor assimilação da matéria, aprimoramento de métodos independentes de estudo e solução criativa de problemas ou tarefas.”

Tal situação é ainda criticada por Geraldi (2015), que a ela se refere dizendo que já não é mais obrigação do professor saber o saber produzido pela pesquisa, e sim é um papel do autor do livro didático, abrindo um espaço para um tecnicismo de transmissão dos conhecimentos em conteúdos de ensino.

O professor, mesmo ‘não dotado pela natureza’ pode ensinar porque tudo já lhe é dado: o que ensinar, como ensinar, os gestos a fazer e as respostas adequadas a aceitas... O que na fase anterior era de responsabilidade da escola e do professor – a transformação do conhecimento em conteúdo de ensino – passa a ser agora atribuição dos autores do material didático, das equipes de produção editorial, etc. Restam ao professor controlar os tempos de contacto do aluno com o material, conferir as respostas segundo um modelo dado, chamar a atenção dos desvios comportamentais ou acadêmicos. (GERALDI, 2015, p.87)

Nas aulas de regência planejadas pela estagiária, o professor regente exigiu o uso livro didático, e então foram planejadas três aulas com o tema entrevista oral e escrita. A estagiária, por método expositivo, explicou aos alunos as estruturas, marcas linguísticas e contextos de produção, buscando evitar o uso em excesso do livro didático, solicitando que os alunos levassem para a aula um exemplo de uma entrevista, para que assim fosse possível uma

discussão acerca dos temas, reconhecendo suas características, por meio do que LIBANEO (1994, p. 167) toma como método de elaboração conjunta [...] “é uma forma de interação ativa entre o professor e os alunos visando a obtenção de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções, bem como a fixação e consolidação de conhecimentos e convicções já adquiridos.”

Logo após, os alunos produziram uma entrevista (oral ou escrita), por meio de método de trabalho independente, “que consiste de tarefas, dirigidas e orientadas pelo professor, para que os alunos as resolvam de modo relativamente independente e criador.” (LIBANEO, 1994, p. 163). O Debate Regrado foi o próximo tema proposto pelo livro didático, e, por exposição, a estagiária mostrou aos alunos (agora, usando o livro didático) um exemplo do que viria a ser um debate, questionando aos discentes quais os conhecimentos prévios que os mesmos tinham e, depois, foram apontadas as características de um debate, onde circulam, finalidades, temas e dicas de como se sair bem em um. Para “fugir” um pouco do livro didático, a sala foi dividida em dois grupos, e a estagiária propôs um tema “o uso dos celulares por alunos em sala de aula”, o que foi possível constatar uma grande discussão entre eles, porém, um desânimo, por não estarem acostumados a realizar algo diferente em classe. Por fim, o último conteúdo a ser tratado foi sobre acentuação de ditongos e hiatos, conforme a nova regra ortográfica, em que foi lembrado com os alunos o que seriam de fato ditongos e hiatos, e, após, ensinando-os e mostrando exemplos para que pudessem compreender o novo uso das acentuações. Para finalizar e sair um pouco da monotonia do material didático, a estagiária propôs um jogo, dividindo a classe em grupos, e, conforme ela escreveria palavras na lousa (com/sem acento), cada grupo deveria explicar o porquê do uso ou não da acentuação. O grupo que iria acertando, ganhariam pontos, ocasionando uma empolgação e animação nos alunos, por conta da competitividade.

4. Considerações finais

De acordo com os fatos relatados do estágio obrigatório, pode-se constatar um uso excessivo do livro didático pelo professor regente, em que o seu trabalho seria explicar a matéria e pedir para que os alunos resolvessem as atividades do livro, sem fazer com que saiam do comum e expandam seus conhecimentos, aprendendo realmente o que foi ensinado.

O uso do livro didático como um mapa a ser seguido fielmente, infelizmente é uma das realidades mais comuns da educação brasileira, dado que os professores o usam de forma errônea, pois o mesmo deve ser manuseado apenas como uma base do que se possa ensinar, ele é apenas um livro, instrumento auxiliar da aprendizagem, sem que o educador vá perdendo sua centralidade. Também é imprescindível ressaltar que, mesmo com a grande quantidade de alunos estagiários e pibidianos em atuação, o docente não deve perder o foco principal (o aluno), e nem desarticular as aulas, mantendo uma organização e orientando os estagiários para que se possa ter um ensino mais eficaz.

REFERÊNCIAS:

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.69, jan./mar. 1996. Disponível em:
<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2061/2030>.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.